

APRESENTAÇÃO

Este número da Revista Caderno Espaço Feminino publica 02 dossiês, “*Gênero, saúde, direitos sexuais e reprodutivos: subjetividades, (des)afetos, orientações e discursos em disputa*”, organizado pelas professoras, Carla Denari Giuliani (FAMED/NEGUEM/UFU) e Cláudia Costa Guerra (ESAMC/UDI/NEGUEM/UFU) e “*Gênero e Sexualidade: masculinidades, relações homoafetivas masculinas, mulheres, transexuais e travestis*”, organizado pelo prof. Márcio Ferreira de Souza (INCIS/NEGUEM/UFU).

Vivemos um tempo em que supostas garantias do viver e do permitir a plenitude da vida alheia nas diferenças parecem abaladas, em que mudanças, resistências, entretanto, também, permanências e retrocessos compõem essa estrada fragmentada, sinuosa e obscura, com táticas requintadas de poder, regadas a moralismos compreendidos até por muitos(as) estudiosos(as) de gênero.

As construções de gênero, no âmbito da saúde, direitos sexuais, reprodutivos e afetividades que as compõem, com enfoque nas masculinidades, nas relações homoafetivas masculinas, práticas de prostitutas transexuais e de travestis, com suas subjetividades, orientações e singularidades são problematizadas, nestes dossiês, sob diversas representações em disputa, no jogo da vida.

A “*Análise da PEC 181: controle do corpo feminino e o direito reprodutivo*”, abre o primeiro dossiê, questionando as políticas públicas em relação ao tema. Os autores, Romilda Sérgia Oliveira, Psicóloga e Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Docente do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Luiz Almeida Teodoro, Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Docente do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET-MG, propõem-se analisar a emenda feita à PEC 181-A/15, partindo do pressuposto que a alteração impacta no controle do corpo feminino e configura-se como um retrocesso em relação aos avanços conquistados com os direitos reprodutivos e as políticas públicas deles decorrentes.

Na produção “*Mulheres indígenas e saúde reprodutiva: entre a tutela e o biopoder*”, a pesquisadora Renata Iara de Pinho Chaves Almeida, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), busca analisar as relações de poder, os discursos biomédicos e administrativos e da antropologia,

principalmente no que diz respeito às mulheres indígenas e sua saúde reprodutiva, por meio das vivências da estudiosa, durante os anos que trabalhou com as sete etnias de pessoas que residem no Mato Grosso do Sul.

No estudo “*Nas melhores famílias: a adesão aos métodos contraceptivos à luz da pesquisa transformativa do consumidor*”, Thaína Rocha Balbino, Graduada em Administração pela Universidade Federal da Paraíba(UFP), Departamento de Ciências Sociais Aplicadas do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba e Stephaine Ingrid Souza Barboza, Professora Adjunta da mesma Universidade (UFP) buscaram a compreensão das influências familiares na vida sexual das mulheres e na adesão e consumo dos métodos contraceptivos de longa duração (LARC), à luz da Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR). Foram entrevistadas 20 mulheres, utilizando-se a abordagem qualitativa de caráter exploratório.

O papel da mídia e sua influência na vida das mulheres foi destacado. Na reflexão sobre “*Nutrizes fracas, crianças fracas*”: a saúde da lactante e do lactente pela propaganda higienista e publicitária alimentar do Jornal O Estadão (1901-1940), Ariza Maria Rocha, Professora Adjunta da Universidade Federal da Paraíba (UFP), Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional, discute a inserção dos suplementos alimentares, tais como: as vitaminas, tonificantes, alimentos naturais e industrializados, na propaganda higienista e nas imagens publicitárias do jornal O Estadão (1901-1940) como recomendação à saúde da lactante e do lactente pela propaganda higienista e publicidade alimentar brasileira.

Continuando, o trabalho “*Movimento Higienista: construção da figura feminina*”, de Poliana Moreira Silva e Carla Denari Giuliani, coordenadora do Laboratório Avançado no Estudo Gênero e Violência (LGV) e participante do Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), almeja compreender como as revistas femininas e os manuais de saúde foram influenciados pelo Movimento Higienista e como esse repercutiu na formulação de regras, normas e condutas para as mulheres viverem e se comportarem em sociedade. Utilizaram-se do estudo qualitativo, descritivo, documental e de caráter retrospectivo, realizado por meio da leitura das revistas “O Cruzeiro” e “Jornal das Moças” da década de 50 e de Manuais de Saúde dos anos 60, como

guias de comportamento social, familiar e religioso, reiterando funções idealizadas às mulheres na sociedade.

No âmbito do Direito de Família, com olhar interdisciplinar, o texto *“Utilização do teste de paternidade como prova judicial no tribunal de justiça do sul de Minas Gerais”*, Milena Moura Araújo Biazuzo, Doutora em Ciências com Área de Concentração em Biologia na Agricultura e no Ambiente pela USP e Prof.^a EBTT no IFSULDEMINAS juntamente com Erasmo Aparecido Piccolo, Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Alvarez Penteado – UNIFECAP, Prof. EBTT e Coord. do IFSULDEMINAS e Allyne Pongo Menezes, Licenciada em Ciências Agrárias, retratam, neste artigo, a realização de testes de paternidade através do uso de DNA, os quais começaram a ser divulgados nas mídias brasileiras, no final do século XX, por meio de programas populares de televisão, o que promoveu sua utilização em diversas camadas sociais do Brasil. A pesquisa retratou que o exame era estudado no meio científico desde meados do século passado. E este trabalho investiga quais os tipos de testes de DNA realizados e se há eficácia probatória para o Tribunal de Justiça do Sul de Minas Gerais. A pesquisa tomou perfil exploratório, descritivo, por um roteiro de pesquisa, investigando e analisando os dados e abordagens dos chefes de cartórios em 30% das varas cíveis do sul de Minas Gerais.

Em mais uma produção, *“Direitos sociais e assistência social: o retrato da família centralizado na mulher, no sudeste do Pará/Brasil”*, por Mayra Ferreira Soares, Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS da Universidade Federal do Pará(UFPA). Membro do grupo de estudos e pesquisas Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social – TRADHUS e Adriana de Azevedo Mathis, Doutora Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da Universidade Federal do Pará(UFPA), retratam como objeto de estudo as demandas de direitos humanos sociais apresentadas pelas famílias no âmbito da Assistência Social, no município de Parauapebas/Pa. Identifica-se que na perspectiva da garantia de direitos, o retrato da família acaba sendo centralizado na figura da mulher, a qual carrega inúmeras responsabilidades para além do seio familiar. As situações de violação de direitos, onde crianças e adolescentes são as principais vítimas, posicionam-se como questões de foro íntimo à família, ligadas principalmente ao papel da mulher no cuidado e na proteção de seus entes.

O artigo, com outro viés, na área da saúde, *“Dependência química e gênero: um olhar sobre as mulheres”*, desenvolvido por Yoliver Esmeralda

Salcedo Sarmiento, Natália Nunes Gonçalves, Caroline Vaz, Gabriela Dias Neiva, Gabriella Capellette Rodrigues, Jheniffer da Silva Oliveira, discentes do curso de Medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Brasil, sobre a orientação da professora Dra. Cláudia de Azevedo Aguiar, trata da drogadição feminina marcada pela rejeição dessas às funções socialmente esperadas, como o de “boas mães”, cuidadoras e provedoras. Correlacionar os aspectos sociais e os desafios dessa população é relevante à formação profissional em saúde e para a compreensão sobre o processo de adoecimento. Neste trabalho, relatam-se as experiências de estudantes de medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, ocorridas em uma instituição de apoio a mulheres com histórico de uso de drogas, cujos temas emergidos das rodas de conversa foram: a condição das mulheres enquanto minorias, os aspectos biológico-sociais que alicerçam o consumo de substâncias psicoativas, as características e especificidades da população feminina vulnerável às drogas, os limites e possibilidades dos tratamentos disponíveis.

O segundo dossiê que engloba artigos calcados nas dimensões de *Gênero e da sexualidade*, cujas abordagens enfatizam temas como masculinidades e relações homoafetivas masculinas, mulheres, transexuais e travestis. As múltiplas áreas do conhecimento, os campos de estudos de gênero e das sexualidades obtêm um privilegiado volume de pesquisas, o que demonstra, por sua vez, o interesse cada vez mais aprofundado de pesquisadoras e pesquisadores. Neste sentido, temos como resultado abordagens variadas que são mobilizadas e enriquecidas a partir de inspiradas reflexões e de relevantes teorizações, frequentemente elaboradas por meio de pesquisas empíricas. Tais estudos, de modo geral, por vezes lançam mão de uma base interdisciplinar que possibilita um importante diálogo entre essas diferentes áreas. Às vezes conflitantes, às vezes convergentes, o resultado, enfim, é que as reflexões sobre as dimensões de gênero e das sexualidades são sempre estimulantes, enriquecedoras, desafiadoras e necessárias, sobretudo em tempos sombrios.

Considerando as relações de gênero e as dimensões das sexualidades como constitutivas de toda a vida humana, há, portanto, que reconhecê-las como intrínsecas aos contextos variados da vida social. Refletir sobre a categoria gênero implica pensá-la em termos de relações intra e intergênero. Se interconectada com o campo da sexualidade temos, portanto, a possibilidade de compreender de modo mais acurado, questões que dizem respeito às orientações sexuais, às identidades sexuais e de gênero, dentre outras. Sintonizado com esse espírito múltiplo e mobilizador, o presente dossiê apresenta artigos que versam sobre diferentes recortes, movimentados

a partir das categorias gênero e sexualidade, oriundos, por sua vez, da grande área das ciências humanas. Diversas dimensões das sexualidades são exploradas nas abordagens que são aqui apresentadas, seja do ponto de vista das identidades, seja em relação às práticas sexuais como objeto de investigação.

Os três primeiros artigos formam um bloco voltado para a temática da união homoafetiva. A contribuição de Fábio Pessanha Bila, da Universidade Estadual de Santa Cruz, traz um questionamento sobre o “casamento gay” a partir de um viés crítico à normatização. Sua leitura parte do reconhecimento jurídico das uniões estáveis entre casais homossexuais, pelo Supremo Tribunal Federal no Brasil, em 2001. Como desdobramento de uma conquista para o movimento LGBT, a união estável aprovada em 05 de maio de 2011, serve como mote investigativo no intuito de compreender a divisão sexual do trabalho. Considerando esta nova configuração, marcada pela união estável sob bases legais, ora vivenciada pelos casais homoafetivos, eis que uma questão colocada em contraponto com o noção do “casamento” vai ser mobilizada, objetivando a compreensão sobre de que modo casais homossexuais masculinos dividem as tarefas domésticas. Tomando como referências as experiências concretas de casais homossexuais que vivenciam uma relação estável, as questões que são levantadas no texto almejam a possibilidade de identificar a maneira como esses casais pesam e estruturam suas vidas conjugais. Os sujeitos entrevistados - casais homossexuais -, fornecem informações que viabilizam ao seu autor analisá-las sob fundamentações teóricas calcadas em Pierre Bourdieu, Daniel Welzer-Lang, Elisabeth Badinter, Daniel Borrilo, dentre outros. Desse modo, outras questões relevantes são apresentadas: em que medida há uma interface com o modelo heteronormativo ou uma ruptura no que se refere a divisão das tarefas domésticas? Que estratégias esses casais utilizam para romper ou reformular a divisão sexual do trabalho clássica? Caso exista reprodução quais as experiências sociais que os levam a reproduzir esse modelo normativo?

Sob outro aspecto, a análise de Rosicléia Machado (UFMS) e Josiane Peres Gonçalves (UFMS), está voltada para o que denominam como “a descoberta da homossexualidade após longo período de relação heteronormativa”. O estudo é construído a partir de três casos de homens que “se descobriram homossexuais após o casamento”. Para tanto, um recorte de classe é destacado com o objetivo de evidenciar a maneira pela qual as famílias de diferentes classes socioeconômicas - baixa, média e alta – percebem e convivem com essa mesma realidade. O desenho da pesquisa

lança mão de realização de entrevistas semiestruturadas, conversas e observações, realizadas nas residências das famílias pesquisadas, sendo que cada família residia em um município diferente do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, com população que variava entre 6.000 a 50.000 habitantes. Em cada família foram realizadas entrevistas com o homem que se descobriu homossexual, a ex-cônjuge e um dos filhos. No terceiro caso, na família de classe alta, não foi possível a entrevista devido à recusa do filho. As autoras revelam as dolorosas consequências, para esses homens, do “sair do armário”, demonstrando como em cada classe social se efetivou uma forma de reação diferente a partir das semelhantes experiências.

“Memória e diferença: a construção da identidade homossexual em uma pessoa com cegueira” é o título do terceiro estudo, que situamos aqui como parte de um bloco voltado para o tema da homossexualidade masculina. Luciano de Pontes Paixão (UNIRIO) e Francisco Ramos de Farias (UNIRIO), seus autores, desenvolveram um estudo de caso sobre a construção de identidade homossexual em uma pessoa com cegueira. Por meio dessa experiência particular do sujeito analisado, revelam a complexidade e dinâmica do processo identitário, visto como composto por uma série de fatores importantes, marcado por um duplo preconceito e experimentado por outros sentidos. Paixão e Farias chamam atenção para a pertinência na investigação do “universo subjetivo de um indivíduo”, ou seja, pela necessidade de se “ter acesso aos seus sentimentos, crenças, valores, atitudes, dificuldades e sofrimentos; descobrir sua relação com a própria sexualidade; entender o modo como ele percebe a si próprio e os demais; e quais as suas perspectivas em relação ao futuro”. A reflexão sobre a homossexualidade, nesse caso, está orientada pela perspectiva da psicologia, sendo que as argumentações presentes no estudo partem de constatações referentes aos fatos de, em primeiro lugar, ser bastante frequente a visão de senso comum, por uma parcela da sociedade, e até por algumas famílias, sobre o cego como “incapaz, dependente e assexuado”; em segundo lugar, algumas pesquisas afirmam que 80% das informações acerca do mundo externo chegam a nós através da visão; em terceiro lugar, vivemos em um mundo predominantemente visual, por fim, há que se considerar que para uma parcela de gays, o visual, o “material” e o “estereotipado” se tornam elementos importantes para a convivência social, resultando no fato de que características como “corpos malhados e magros, roupas de grife e uma boa aparência são fundamentais para uma possível aproximação, paqueras ou envolvimento íntimo”. O referido trabalho se trata de um estudo de caso, tomando a experiência de uma pessoa com cegueira total, com pouca memória visual e, também, homossexual. A partir dos dados coletados, por meio de

entrevista semiestruturada, os autores constataam que a construção de identidade homossexual, em relação ao sujeito entrevistado, “não ocorreu em estágios predeterminados, categóricos e de forma linear”. Trata-se de um processo “individual, complexo, dinâmico, influenciado por outras identidades, composto por uma série de fatores interativos, como social, estigmas, preconceitos, discriminações, interesses, sentimentos, histórico, experiências de vida, subjetividades, resistência, poder e de acontecimentos importantes”.

O artigo subsequente, intitulado “*A construção da masculinidade de Tex Willer*”, apresenta uma leitura sobre o personagem italiano de *fumetti* (nome pelo qual são conhecidas, na Itália, as histórias em quadrinhos) Tex Willer. Sua autora, Aline Ferreira Antunes (UFU), historiadora, procura refletir sobre as representações do masculino, a construção do herói, e as identidades por ele assumidas. As discussões desenvolvidas sobre seu objeto de pesquisa são inseridas no âmbito da história cultural. O período de produção da revista Tex se estende de 1948 a 2016, porém, o artigo estabelece um recorte temático buscando focalizar nas primeiras e principais aventuras do personagem não abrangendo todo o período de publicação do mesmo. Antunes aborda, mais especificamente, as aventuras que retratam o casamento de Tex com Lilyth ou Lírio Branco, uma indígena, da etnia navajo. O artigo versa sobre os arquétipos presentes em Tex, com atenção para o reforço dos estereótipos da masculinidade, porém, não deixa de olhar, também, para as mulheres na revista, focando na personagem Lilyth. Por meio da pesquisa realizada, a autora percebe “a historicidade das representações das identidades masculinas de Tex Willer estabelecidas ao longo das aventuras que caracterizam a construção deste personagem”, o que possibilita, em sua visão, inúmeras abordagens.

No artigo “*A análise da (in)aplicabilidade da Lei Maria da Penha aos casos de mulheres transexuais e travestis em situação de violência doméstica e familiar*”, Elton Augusto Sampaio e Tatiana Mareto Silva abordam, do ponto de vista da área do Direito, a possibilidade de aplicação da expressão “mulher” em situações distintas, chamando atenção para o conceito binário de “homem/mulher”, considerando tão somente o sexo biológico e, também, referenciando uma segunda situação, que diz respeito à classificação em razão da identidade de gênero, que evidencia a figura da mulher cisgênero e da mulher transgênero. A problemática do estudo emerge frente ao amplo conceito da expressão “mulher”, conforme a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Sampaio e Silva são instigados a analisar a (in)aplicabilidade de tal ferramenta legislativa aos casos em que as vítimas são mulheres transexuais

e travestis. O questionamento central desse estudo se desenvolveu a partir busca pela compreensão sobre quais seriam os contornos teóricos e normativos que sustentariam, ou não, a aplicabilidade da Lei Mara da Penha às vítimas transmulheres e travestis, uma vez que o texto legal utiliza apenas a expressão “mulher”?

Por outro lado o “*Recorte das características socioeconômicas de travestis prostitutas*”, artigo de Lauro Ricardo de Lima Santos, Mestrando e professor da rede particular de ensino técnico de Uberlândia, estudante do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador pela Universidade Federal de Uberlândia-MG (UFU), Brasil; Maria Cristina de Moura Ferreira, Doutora do Programa de Pós-Graduação em Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP), Brasil; Lúcio Borges de Araújo, Doutor do Programa de Pós-graduação em Estatística e Experimentação Agronômica pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Brasil; Carla Denari Giuliani, Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História e Cultura pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e Marcelle Aparecida Junqueira Barros, Pós-doutora do Programa de Pós-graduação em Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP), Brasil, investigam, por meio de estudo transversal, descritivo, de caráter quantitativo, a prostituição como profissão que se faz relevante, principalmente para as travestis. Historicamente estigmatizadas e marginalizadas não conseguem empregos ditos formais. A população do estudo foram 46 travestis prostitutas da cidade de Uberlândia-MG. A falta de humanização por parte de quem deveria ser referência no cuidado e segurança desse grupo o torna vulnerável.

No artigo, “*Vulnerabilidades e marginalização no mundo do trabalho da prostituição*”, as autoras, Ana Rosa Ribeiro Elias, Isabel Cristiane de Noronha, Janaína Pereira, alunas da Pós-graduação em Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Carla Denari Giuliani, profa. do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Uberlândia, Maria Cristina de Moura Ferreira, Marcelle Aparecida de Barros Junqueira, apontam diferentes compreensões da atividade de prostituição no contexto social e analisam esse tema enquanto atividade laboral inserida no mundo do trabalho. Nesse sentido, discutem as intersecções dessa atividade junto à Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, bem como suas vulnerabilidades e riscos laborais.

Em “*Sexy sem ser vulgar: entre a docilidade e o incorformismo*”, Fernanda Boizol e Elizabeth Murilho da Silva abordam a relação entre moda e sexualidade a partir de conceitos como elegância e vulgaridade, buscando ultrapassar a materialidade da roupa e se tornando um indicativo comportamental feminino. Tal abordagem é constituída em perspectiva histórica e social, na construção e perpetuação de estereótipos femininos desiguais e estigmatizantes. As autoras compreendem a reflexão sobre a moda feminina contemporânea, via sexualidade, como um caminho possível para a análise, ao passo que irão argumentar sobre a moda como um instrumento de opressão, uma antítese ao que é comumente propagado acerca da moda como “forma de expressão e liberdade”. Nesse sentido, tal relação opositiva e conflituosa, na argumentação das autoras, “caminha lado a lado, com a sexualidade feminina”.

Encerrando o dossiê, o artigo “*Chamuyar e ficar: ‘intercâmbios’ entre duas composições afetivas*”, de autoria de Antônio Augusto Oliveira Gonçalves, apresenta as trajetórias afetivossexuais de estudantes intercambistas em Belo Horizonte (MG), que são alunos/as estrangeiros/as da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com idades entre 21 e 25 anos, provenientes da Argentina, Chile e Paraguai que residiram, em média, durante seis meses na capital mineira. Fundamentado em detalhada pesquisa de campo, desenvolvida no local de residência dos/as intercambistas – as moradias entudantis – que se vale de técnicas de entrevistas e de observações, Gonçalves toma como elemento de centralidade os relacionamentos sociais dos/as intercambistas, fazendo, observando que “era principalmente a partir desse microcosmo que a maioria deles/as tecia contatos, fazia amizades e se relacionava sexualmente, de tal modo que alguns/as se viam inscritos/as numa “economia política do sexo””, conforme expressão da teórica Gayle Rubin. Desse modo, *ficar* e *chamuyar*, são analisados como elementos importantes para a análise, “apesar de operarem em bases de significações e práticas díspares”, dizem respeito ao momento de primeira aproximação e contato físico.

Além dos artigos para os dossiês, o Caderno Espaço Feminino publica *Artigos Livres*. Estando o Brasil no 5º lugar no ranking mundial, segundo a ONU, 2015, a produção do texto “*Feminicídios em discurso de profissionais da segurança pública e conhecidos/as das vítimas*” de Sara Ruth Batista de Paula, da Universidade Federal de Mato Grosso, com Graduação em História e Sociologia e Silvana Maria Bitencourt, Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política, visa compreender os casos de feminicídios em

duas cidades de Mato Grosso, a partir do discurso dos/as profissionais da Segurança Pública e conhecidos/as das vítimas, em que o público entrevistado revela versões sobre esses crimes e tendem a (re) construir, em seus discursos, estereótipos de gênero.

Em “*Honra, moralidade e defloramento em Mallet –PR (1940-1951)*”, Angelica Stachuk, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual do Paraná. (UNICENTRO) e Oséias de Oliveira, Professor Doutor Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual do Paraná. (UNICENTRO) analisam os processos criminais de defloramento na região de Mallet, no período de 1940 e 1951, buscando interpretar os diálogos presentes, a fim de perceber os ideais de moral e honra feminina implícitos nos mesmos, assim como entender valores e condutas nas relações entre homens e mulheres.

“*Tráfico de drogas, trabalho e mulheres encarceradas*”, trabalho de Marta Bramuci de Freitas, da Universidade Estadual do sudoeste Baiano – UESB, e Ana Elizabeth Santos Alves, Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia e profa. da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, apresenta uma análise sobre o trabalho no tráfico de drogas no Brasil, considerando a elevação do percentual de mulheres encarceradas em razão desse crime. Para comprovar as questões apresentadas, utilizaram trechos de relatos de mulheres internas em uma unidade prisional do interior do estado da Bahia, sobre o trabalho no tráfico de drogas.

Em “*Os custos sociais da proibição: um olhar sociológico acerca do proibicionismo*”, Laura Monteiro Lubanco, Acadêmica do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), discute os efeitos sociais da política criminal de enfrentamento às drogas adotada no Brasil, enfatizando as especificidades de gênero. Para tanto, é realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Constata-se a vulnerabilidade da mulher no cenário da proibição e a desarrazoabilidade entre as medidas e seus resultados.

“*Entre deusas, ciborgues e o perigo de (querer) ver tudo: Friccionando conceitos para uma teoria feminista localizada*”, Mariana Imbelloni Braga Albuquerque, Mestranda em Direito pela PUC-Rio, propõe um diálogo entre as propostas de conhecimento localizado e a crítica a determinados usos da teoria interseccional não comprometidos com a justiça social. A partir deste

diálogo, pensa as implicações do conhecimento localizado nas discussões feministas racializadas.

Com um destaque especial, em NOTAS, o artigo de Paulo Drumond Braga, Doutor em História pela Universidade Nova de Lisboa e investigador da Cátedra Infante d. Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização da Universidade Aberta, “ *Entre Brasil e Portugal: D. Maria Francisca (1914-1968), duquesa de Bragança*” fecha este número com louvor.

Nós do Conselho Editorial somos grata(o)s aos(as) que contribuíram para esta edição do Caderno Espaço Feminino, de modo particular, a artista Claudia França, que elaborou a imagem da capa e nos cedeu esta arte. Desejamos que sua leitura seja proveitosa, prazerosa em meio a práticas em prol da igualdade e equidade de gênero em tempos vivos para ares democráticos, com a necessária rede de mãos agarradas, onde umas(uns) puxam as(os) outros em cotidiana resistência e proatividade ativista-acadêmica.

Carla Denari Giuliani

Cláudia Costa Guerra

Márcio Ferreira de Souza

Conselho Editorial NEGUEM/UFU